

Apresentação do Dossiê - Educação e contemporaneidade: conexões e desafios de África e Brasil

Presentation of the Special Issue - Education and contemporaneity: connections and challenges in Africa and Brazil

*Maria Walburga dos Santos**
*Rosana Batista Monteiro***
*Amy Niang****

A ideia do Dossiê “Educação e contemporaneidade: conexões e desafios de África e Brasil” surgiu da atualidade e urgência que o tema em si demanda, ou seja, o esforço de nos debruçarmos sobre questões brasileiras e africanas, nos campo da Educação e Ensino (e suas interfaces com outros campos do conhecimento) e apresentar suas aproximações, pontos de contato e inter-relações, como também reconhecer e pensar alternativas às adversidades que nos são colocadas em nossa contemporaneidade.

Ao considerar especialmente os recentes acontecimentos políticos e sociais no Brasil, retomando a questão candente da integração das chamadas periferias ou classes populares nos sistemas de educação formal da África e da América Latina, e diante das demandas teóricas em curso para uma educação emancipatória e decolonial em diferentes partes do mundo é que o presente dossiê

* Professora Associada do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (DCHE-UFSCar). Mestre e Doutora em Educação (USP); Pós doutorado na área de Ciências da Educação (em curso) na Université Paris 13 - Sorbonne Paris Cité - (Laboratoire EXPERICE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9304-5800>. E-mail: walburga@ufscar.br

** Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar, Mestre (UNICAMP) e Doutora em Educação (UFSCar), com Pós-Doutorado (em curso) no CEFET-RJ, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Relações Étnico-Raciais (PPRER).Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1672-8912>. E-mail: rosanabmonteiro@ufscar.br

*** Professora da Universidade de Witwatersrand - Johannesburg, África do Sul. Professora visitante, Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP). Mestre em Economia Política (Tsukuba, Japão) e Doutora em Ciência Política e Relações internacionais (Edimburgo, Reino Unido). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8137-7448>. E-mail: amy.niang@wits.ac.za

foi organizado. Nosso objetivo era desencadear diálogos em torno da área de educação e do ensino amplamente compreendidos, seja no continente africano, no território brasileiro ou na interface entre a África e o Brasil, considerando, ao mesmo tempo, especificidades de cada contexto. Os textos que compõem o Dossiê, neste volume 5, nº 1, do periódico *Crítica Educativa* do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba (PPGED-So / UFSCar), apresentam reflexões acerca de conhecimentos entre as duas regiões, estabelecendo diálogos sobre a educação e ensino entre África e Brasil.

A educação como objeto de política, campo de estudo ou local de produção de conhecimento requer esforço e envolvimento crítico. Tanto no Brasil como na África do Sul, a educação historicamente era um instrumento de elevação política e social, mas também de um mecanismo de opressão. No contexto pós-colonial, no entanto, raramente a educação foi concebida nos valores mais amplos de emancipação, democratização e descolonização que impulsionaram e mobilizaram as lutas de libertação. Os textos dessa coletânea mostram que as políticas e os processos educacionais são parte integrante de uma dinâmica social e política mais ampla cuja lógica responde ao desejo dos Estados de classificar, diferenciar e controlar as pessoas. No entanto, como mostram as várias contribuições dos artigos, as populações marginalizadas sempre encontraram maneiras criativas de contornar as restrições da educação formal, desenvolvendo várias formas de educação das pessoas. A necessidade, portanto, de investigar locais de produção e cultivo da educação por meio de práticas culturais, criações linguísticas, projetos políticos autônomos, como os quilombos, é uma maneira de envolver a agência humana em sua diversidade e multiplicidade. Além disso, dentro da própria educação tida como formal, a partir do reconhecimento de políticas e práticas de fato inclusivas, seja cultural, social ou economicamente, temos um amplo leque de produções e ações que nos permitem continuar movimento de defesa e construção de políticas e ações educativas que promovam igualdade, equidade e que, principalmente, formem, eduquem e cuidem dentro de uma ética não racista.

A seleção de textos desse dossiê, permitiu-nos, como organizadoras do número, vislumbrar indagações atuais advindas do campo de pesquisa e proceder a atualização da produção em torno do tema. Desse nosso movimento cooperativo, apresentamos os artigos deste dossiê, que além de nossos objetivos, também destacam a fértil produção teórico-metodológica no campo, e observando os espaços da academia em geral, inserindo a educação básica no debate, e atentando à ordem prática de uma educação não racista, de ações afirmativas e do estudo das relações étnico-raciais. Encadeamos a sequência dos artigos a partir das temáticas em que se aprofundam, abrangendo políticas públicas, propostas de planos de governo, literatura e rap, relações étnico-raciais, raça, racismo, discriminação, colonialidade, decolonialidade, descolonização, diáspora, formação de professores, currículo, reformas e bases curriculares, propostas alternativas de educação, ensino e políticas de ações afirmativas, educação e luta social e ensino de história da África e afro-brasileira.

Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades? é de autoria de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Universidade Federal de São

Carlos - UFSCar). A experiente professora-pesquisadora, diante da realidade atual no Brasil e a violência explícita que acomete as pessoas negras, discorre a respeito de colonização e educação, com exemplos brasileiros e africanos, atentando para a necessidade de descolonização urgente, notadamente ao reforçar que é preciso construir projetos que refutem submissão e exploração, valorizando as diferentes realidades do Sul do Mundo. Convida-nos a refletir e a agir quando aponta que “Os tempos difíceis que atravessamos, por esse mundo afora, nos leva a ter certeza de que precisamos descolonizar, desescravizar ideias, gestos, atitudes, comportamentos”. A leitura do texto nos instiga a repensar nossa história e dos povos colonizados, ao mesmo tempo que nos confronta com os desafios da nossa contemporaneidade.

O texto assinado pela pesquisadora Mariana Martha de Cerqueira Silva (Universidade do Brasil e Universidade Federal de São Carlos) intitula-se *A potência do pensamento diaspórico e contra hegemônico: reflexão, produção e resistência*. A pesquisadora traça uma discussão teórica em torno da produção de dois pensadores: o português Boaventura de Sousa Santos e o camaronês Jean-Marc Ela, evidenciando debates filosóficos que questionam e desestruturam o mito da racionalidade científica da modernidade ocidental. Sua argumentação perpassa pela defesa de que a contestação da hegemonia da modernidade é fundamental para se construir e visibilizar novas racionalidades científicas independentemente da pauta eurocentrada. Justifica nas palavras de Paul Gilroy (2012) o alinhamento do texto com a noção de diáspora, alertando ao público leitor que “Modificar e transcender são tarefas urgentes que racionalidades não-eurocêntricas têm o potencial de promover”.

A agenda atual apresenta grande preocupação quando o assunto envolve as crianças e as especificidades de seu processo educativo e inserção na sociedade. Saindo do eixo Brasil-África mas dialogando com a temática da racialização e racismo que permeiam as relações pré-estabelecidas em território brasileiro, as autoras Ivone Jesus Alexandre (Universidade Estadual do Mato Grosso – UEMS) e Anete Abramowicz (Universidade de São Paulo – USP) apresentam o texto *Relações raciais: o olhar dos professores sobre as crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop no Mato Grosso*. A partir de análise realizada em pesquisa de doutorado, as autoras sustentam que presenciamos um novo processo migratório, que diferentemente da tradição europeia sofrem uma inserção diferenciada por conta de sua origem (Caribe, Paraguai, Bolívia, Haiti entre outras nacionalidades) e sua cor, pois as relações raciais no Brasil “[...] são marcadas por desigualdades sociorraciais e refletem na história da migração que, em busca de uma identidade nacional aos moldes europeus, foi seletiva e excludente, e não acolheu e ainda não acolhe a população migrante não branca da mesma forma que acolhe a população de origem europeia”. O estudo com professores(as) assevera que as crianças haitianas, na condição de também serem crianças negras, sofrem racismo nas instituições escolares.

Ainda no trato relativo à infância, temos a escrita com assinatura da professora Ellen Gonzaga Lima Souza (Universidade Federal de Lavras – UFLA) e do babalorixá Oguntobi Daniel Gonzaga Costa *Culturas Infantis e Oxóssi: descolonizando com a assertividade do filho de um caçador*. O registro faz diálogo com as questões vinculadas à ancestralidade e negritude, alinhando África e Brasil

na perspectiva de observar, ouvir e registrar ações infantis em comunidade de terreiro de candomblé. As culturas infantis são associadas à cultura afro-brasileira no candomblé com ênfase à escuta da criança e traçando paralelos com estudo de decolonidade. Autora e autor inferem que rompimento com a colonialidade e a busca por conexões entre Brasil e África são possibilitadas em espaços que tratam da tradição e respeitam crianças, entendendo que “[...] a melhor bússola pode ser encontrada nas brincadeiras das crianças com suas ancestralidades”.

Apoiados principalmente em autores da perspectiva modernidade/colonialidade, Clayton Roberto Messias e Carlos Roberto da Silveira, ambos da Universidade São Francisco, no artigo *Decolonialidade dos saberes históricos da África e América Latina descolonizada*, analisam alguns textos relacionados à história da África, considerando a colonização e descolonização e apontando criticamente o papel da educação nesses processos. Destaca-se a presença de Dussel e Foucault na análise, relacionados às relações de saber e poder. Os autores contribuem com a reflexão sobre a relação entre colonização, descolonização e educação, mostrando a partir da História da África como a educação ocidental ou eurocentrada, predominantemente cristã, tornou-se “[...] simultaneamente para o africano, um meio de satisfazer a sua aspiração pela aquisição de novos conhecimentos e da tecnologia europeia, bem como o instrumento que separou da sua cultura tradicional”. Finalizam com citação de Mazrui (2010, p. 1113), que em relação aos saberes ocidentais destaca: “se, por um lado, eles favoreceram a emancipação, por outra parte, eles mostraram-se profundamente inúteis ao desenvolvimento”.

Apresentando diálogos entre Brasil e Moçambique, o artigo de Jonas Antônio Francisco (Universidade Pedagógica – Moçambique; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) contribui para refletirmos acerca das propostas para a educação de partidos de direita- esquerda, nos manifestos eleitorais. Intitulado *A agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)*, identifica propostas, metas de oferta da educação básica e destaca as relações da agenda partidária da esquerda-direita com projetos educacionais com as agendas nacionais ou global. Traz para a análise, dentre outros, Dale (2004) e o conceito de “[...] agenda globalmente estruturada da educação”. Trata-se de importante estudo comparativo que, nas palavras de Francisco, buscou “[...] explicar como as propostas partidárias nem sempre identificam a ideologia partidária” apresentando contribuições para a Política educacional e sua interlocução com propostas político-partidárias.

Contribuindo para a compreensão das políticas de assimilação a partir da experiência de Moçambique e a relação desse processo com o ensino da Língua Portuguesa, Sheila Perina de Souza (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP) nos brinda neste Dossiê com o artigo *Moçambique: a política do assimilado trilhando o caminho de privilégio da língua portuguesa no ensino*. A autora apresenta Moçambique como um país multilíngue, com mais de 20 línguas de origem bantu, mas que, ao ser colonizado pelos portugueses, passa a ter a língua portuguesa como prevalente no sistema de ensino. A partir de revisão bibliográfica evidencia a história educacional moçambicana mostrando como a língua portuguesa tornou-se a principal para o ensino. Denuncia a incoerência da classificação de Moçambique como um país lusófono, e avança na reflexão sobre o

estabelecimento tardio do sistema de ensino oficial em Moçambique, destacando autores como Mazula (1995), Mondlane (1969) e Gasperini (1989). Em sua análise afirma o objetivo do ensino em língua portuguesa: “[...] levar a desafricanização das crianças”. Sheila Souza nos mostra como a política de assimilação a partir de um modelo cultural e linguístico, impôs um modelo de civilização com o uso da língua portuguesa no ensino em Moçambique marginalizando as línguas e culturas bantu. Os desafios recentes de superação destes processos relacionam-se a inserção das línguas bantu no sistema de ensino a partir de 2003.

O historiador e pesquisador André Santos Luigi (Instituto Federal de São Paulo – IFSP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP) apresenta aqui o texto *Ensino de História da África no Brasil: Fluxos, refluxos e possibilidades*. Preocupado com a abordagem da História da África nas escolas brasileiras, especialmente a partir das políticas curriculares definidas pela aprovação da Lei 10.639/2003, inicia seu texto afirmando que “O silêncio acerca da história dos povos africanos sustentou o racismo e legitimou o imperialismo”. Afirmação que tem inúmeras implicações e que em parte são desenvolvidas por Luigi. Parte, portanto, de uma abordagem do ensino de história da África em sua dimensão política demonstrando como esta reflete o processo de lutas políticas que resultam na adoção de políticas de promoção da igualdade racial por parte do Estado brasileiro - Fluxos. Por outro lado, apresenta os Refluxos, ou seja, como na atual conjuntura retrocessos nas políticas de inclusão social tem consequências para o processo não consolidado de construção e ensino História antirracista. Sendo propositivo, apresenta possibilidades de avançarmos no ensino de uma História da África e afro-brasileira considerando as contribuições de pesquisadores(as) africanistas brasileiros(as) que, segundo Luigi, “[...] demonstram em suas pesquisas a íntima conexão entre Brasil e África. Seus trabalhos guardam possibilidades viáveis de articulação curricular para o Ensino de História da África, mesmo que limitada ao recorte da história afro-brasileira”.

Também abordando o ensino de História da África, a historiadora e pesquisadora Mirian Cristina de Moura Garrido (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP) nos brinda com o artigo *A África ensinada no Brasil: políticas públicas e conteúdos de livros didáticos*. Mirian Garrido percorre os caminhos que levaram a aprovação da obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas brasileiras e volta seu olhar e análise para o Programa Nacional de Livros Didáticos - Edital e Guia, destacando algumas obras e como estas abordam História da África. A autora denuncia “[...] o caráter lacunar do conteúdo a respeito de África” afirma que a abordagem, quando existe, é ainda “[...] majoritariamente, na perspectiva europeia”. Ao final do texto incita o leitor(a) a refletir sobre as consequências da aprovação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, posto que não menciona a Lei 10.639/2003.

Tales Cardoso Pita, José Valdir Jesus de Santana e Reginaldo Pereira Santos, pesquisadores da Universidade Estadual da Bahia (UESB) escrevem *Vadiação em Pedra Branca: os caminhos da capoeira como expressão de resistência no município de Itapetinga – BA*. O estudo etnográfico realizado pelos autores enfatiza o processo de constituição da capoeira na região baiana de Pedra Branca, associando-a, de acordo com referencial em Foucault e Certeau, como forma de produzir diferentes movimentos de resistência e de reinvenção do

cotidiano. Fora do ambiente de educação formal, o texto valoriza história e tradição que em sua trajetória recupera e recria relações com as raízes, compreendendo a capoeira como “[...] alegria de experimentar o corpo com liberdade de movimento, em conexão com o ritmo, com o rito, com outros corpos”, sendo, em seu devir “[...] malemolência empoderadora, construtora de identidades, mas também de novas relações de parentesco, de famílias estendidas, de novas moralidades tão poderosas dentre os não escutados, não assistidos, não enquadrados, excluídos, que têm em comum a rebeldia, a ousadia de ser e existir de forma diferente do que é ordenado”.

O título do trabalho de Silvana Carvalho da Fonseca (Instituto Federal Bahiano – *campus* Senhor do Bonfim) é *O rap como poesia negra da diáspora: modos de dizer, modos de fazer literatura*. Observando a poética hip hop no movimento de diáspora negra, a autora discute a partir do rap no Brasil e Angola, como o estudo dessas novas propostas poéticas no cenário das contranarrativas da contemporaneidade tecem nova ordem ao ensino de literatura e como essas novas produções remetem a uma reformulação dos critérios dessa área de ensino, direcionando a atenção para as periferias e trazendo a “[...] proposição de um maior intercâmbio entre as produções artísticas da diáspora negra”. A argumentação proposta reitera a validade e “[...] importância dos lugares de fala das alteridades, combatendo, assim, as *pillagens epistêmicas*”.

Em *Conexão África do Sul e Brasil: afetos, diálogos e identidades em pauta em práticas educacionais transformadoras*, Paola Diniz Prandini (Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo – Eca-USP e Honislaine Aparecida Rubik (rede Marista África do Sul) trazem o princípio de uma educação “Ubuntu”, defendendo que “[...] o paradigma da Educação é um terreno fértil para o estabelecimento de novas formas de se comunicar, de estabelecer vínculos e trocar afetos, bem como enaltecer a diversidade étnico-racial, levando em conta as especificidades de cada ser humano”. Esse trabalho traz a experiência da Rádio Kitoko, projeto educativo mediado pelas autoras, educadoras brasileiras e que tem como diferencial a programação elaborada e produzida por crianças da África do Sul. É um registro real das possibilidades educativas que podem ser firmadas como conexões entre Brasil e África do Sul, que nos dizeres das autoras são necessárias e cada vez mais podem acontecer “[...] em prol das urgentes transformações sociais de um mundo que migra a todo instante”.

Por último, mas não menos importante, temos o relato de experiência de Iberê de Araújo da Conceição (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) intitulado *Diáspora africana, Mobilidade Acadêmica e Ensino Superior: Um relato de experiência do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento na Colômbia*. Este jovem pesquisador, ao discorrer de forma crítica e bem referenciada, sua experiência de mobilidade acadêmica, em universidade da Colômbia, por meio do Programa Abdias do Nascimento, mostra a imprescindibilidade de investimentos na formação de jovens provenientes das camadas populares, negros e negras, e pessoas com deficiência. Como explica o autor, o Programa de intercâmbio “[...] foi uma conquista da organização nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, frente ao programa Ciências Sem Fronteiras que fora considerado excludente para essas populações”. Em tempos em que as Universidades Públicas e as pesquisas científicas sofrem com “[...] contingenciamentos” e ameaças, a narrativa de Iberê da Conceição mais que

comprova os resultados do investimento na educação pública de qualidade social, na pesquisa científica, na internacionalização. Em suas considerações finais o autor destaca as contribuições da experiência do intercâmbio para sua formação e indica que “[...] os resultados do projeto [...] suscitam um profícuo debate sobre o papel da diáspora na contemporaneidade e para a produção científica”.

Ao concluir esse número do periódico “Crítica Educativa”, em tempos tão conturbados e de ameaças concretas aos direitos humanos, ao estado de direito e à cidadania no Brasil e ataques consubstanciados à pesquisa nesse país, enfatizamos nosso compromisso com as políticas, estudos e práticas que promovam conhecimento e reconhecimento de saberes com autonomia, corroborando com a multiplicidade epistemológica que nos faz rever caminhos e a desafiar currículos cristalizados, colonizados e convidando, a exemplo de Nilma Lino Gomes (2012), a pautar interrogações curriculares partindo de conceitos de trajetórias afro-brasileiras. Nosso desafio transcende o currículo, mas referendando e parafraseando as palavras da autora, podemos inferir que a descolonização para Brasil, África, Latino-América “[...] implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber.” (GOMES, 2012, p. 107). Já trilham só uma parte percurso, mas ainda há longa caminhada! Sigamos.

Referências

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acessado em: 01 ago. 2019.